O trabalho e o viver: um breve comentário

Rafael Bianchi Silva *

Muitos foram os pensadores que refletiram o sentido do trabalho. Ainda que tenhamos encontrado uma série de respostas pelo caminho construído até este momento, restam questões a serem investigadas derivadas da própria experiência de trabalhar. Nesse sentido, ele gera perguntas a ponto de se tornar o centro da própria existência. Em outras palavras, a vida passa a ser lida a partir dessa atividade e seus desdobramentos. Construímos, dessa forma, o caminho que será focado no breve comentário que segue. Pequenas reflexões que buscam estabelecer diálogos futuros.

O ponto central que gostaria de debater é o sentido subjetivo do trabalho, ou seja, quais os impactos que o ato de trabalhar gera em cada ser humano que é trabalhador. Vejo que o sofrimento do trabalhador está expresso em sua fala (assim como descreve GUARESCHI E GRISCI, 1993) e não há como sair ileso desse processo que é tanto produto quanto produtor das relações materiais entre as pessoas - comumente chamada de vida.

Ainda que o mundo do trabalho contemporâneo tenha flexibilizado as relações entre empregador e empregado - gerando novas formas de interação e com ela, diferentes tipos de envolvimento trabalhador-empresa; novos modelos de remuneração pela mão-de-obra humana; novas formas de organização (gestão), etc. - parece que a pergunta central é a mesma: qual o sentido que existe na troca da vida pelo trabalho? Seria mesmo uma troca justa?

A literatura clássica sobre o tema traz a forte crítica sobre a venda da força de trabalho em troca de um elemento que possui valor em seu poder de troca - a moeda - transformando o ser humano em mercadoria (ou “uma coisa”) que no horário de trabalho não é sujeito de si mesmo, mas sim de um outro, o patrão.

Vemos na definição acima proposta um grande problema. A pergunta que busco retomar - referente ao sentido do trabalho - traz em si o incômodo da observação de que cada vez mais se encontra uma verdadeira obsessão pelo trabalho. Durante a minha infância, contava os dias para a chegada do fim de semana, especialmente o domingo, com os almoços e passeios de família. Se antes domingo era o dia de descanso, devoção religiosa ou tempo para estar junto com quem se ama, atualmente ele é mais um dia comum, “útil” como qualquer outro. Passeio pela avenida próxima a minha casa e encontro um movimento maior do que o visto durante o meio da semana. O direito à preguiça torna-se algo distante. Ninguém consegue ficar parado. O supermercado é mais lotado aos domingos do que às terças-feiras, por exemplo. Até no caixa de banco encontra-se aos domingos. **O tempo do descanso é mais um tempo para o trabalho.**

Isso está de acordo com aquilo que afirma Antunes e Alves (2004, p.344) ao refletirem as formas de captura e controle subjetivo realizada pela lógica do capital.

* Psicólogo. Mestre em Educação. Professor da Faculdade Uninorte e da Universidade Norte do Paraná.
Email: rafaell@unopar.br

Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital (observando que o termo “subsunção” não é meramente “submissão” ou “subordinação”, uma vez que possui um conteúdo dialético – mas é algo que precisa ser reiteradamente afirmado). O que muda é a forma de implicação do *elemento subjetivo* na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral.

Podemos observar, portanto, que existe algo muito além do caráter relacionado à necessidade de trabalhar. Claro que afinal de contas, o emprego gera o salário e com ele, as condições para sobrevivência. E mais: é com este salário que será possível pagar o dizimo da igreja, ter um momento de diversão com a família; conseguir comprar aquele bem que tanto se espera, reformar a casa ou seja lá o que for. Porém, o que pontuamos é **um imperativo de trabalho**.

As impressões colocadas acima indicam que o momento de descanso é uma forma de exercer diferentes modos de trabalho. Ainda que não esteja relacionado com a produção de riquezas, mas sim, com a modificação/manutenção da realidade imediata de existência. Domingo é dia de lavar o carro, limpar a casa, fazer as compras, consertar o que está quebrado em casa. Tudo para aproveitar melhor o tempo que parece estar perdido durante a semana.

Cada vez mais criamos novas formas de estar trabalhando e principalmente consumindo. Ter o livro que não se tem tempo de ler; pagar os canais de televisão que não se tem tempo para assistir; comprar roupas para viagens que nunca chegam a ocorrer. Perdição e desejo: elementos ambivalentes que se encontram e de certa forma se complementam. Esse fracasso é derivado do trabalho? Questão para refletir.

Outro ponto é colocado por Antunes e Alves (2004, p. 247):

Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de *qualificar-se melhor e preparar-se* mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital.

Como pode ser visto pela citação acima, observamos um fenômeno interessante que remete à idéia de formação humana. Até meados da década de 80, a formação para o trabalho era relativamente estável. Ter um curso superior, por exemplo, era sinal de entrada garantida e com futuro promissor dentro de uma boa empresa.

O que vemos hoje é uma mudança de foco. O sucesso ou fracasso de uma empresa é intimamente relacionado com a atuação do trabalhador. Essa é uma das razões porque o processo de seleção torna-se mais subjetivo. Avalia-se a força de vontade, a criatividade, a pertença e forma de interação em grupo e não apenas a ação direta do trabalhador, esta por sua vez, cada vez mais simplificada.

Atualizar-se passa a estar vinculado tanto à formação profissional quanto à formação pessoal. Assim, investir tempo e dinheiro para uma qualificação mínima cria a ilusão de uma vivência pessoal onde na verdade existe uma demanda expressa da própria estrutura do modelo de produção que vivemos sob a miragem de melhores condições de trabalho e salário que muitas vezes não chegam a se concretizar.

Pergunto, então: de que adianta trabalhar se existe certa impossibilidade estrutural de aproveitar essas mesmas coisas que tanto se busca? **O viver virou suporte ao trabalho**, quando na verdade, este último deveria levar à novas formas de um melhor viver. Afinal, todo ato intencional humano tem por objetivo mudar as condições naturais de existência, construindo novas formas de interação – cultura – que deveriam favorecer um bem viver.

Ainda dentro dessa ótica – perversa – encontramos um outro problema. Como indicado acima, mais do que a compra da força humana, na contemporaneidade, o modo de produção capitalista promove **a compra da vida humana**. E o mais interessante é que nos encontramos direcionados a não apenas aceitar essa lógica como reiterá-la.

Começamos por um exemplo bastante simples. É muito comum ouvir de colegas demandarem por melhores condições de salários. Interessante notar que esse tipo de discurso sempre aparece em primeiro lugar em relação às melhores condições de trabalho, como se a saúde e a felicidade fosse passíveis de venda, produtos descartáveis: ainda que muito valiosos, podem ser leiloados, em suma, vendidos.

Outro exemplo é a constatação do das atividades humanas serem compradas tendo por medida o tempo. É um dos elementos presentes na descrição das condições de emprego. Vejamos os concursos públicos, por exemplo. Eles apontam inevitavelmente 40 hrs/semanais, como se o que está em questão fosse o tempo e não a tarefa a ser executada. É bem verdade que existem tipos diferentes de trabalhos que variam de acordo com esforço e tempo. Mas o que está sendo colocado em questão não é o trabalho efetivamente realizado, mas sim, aquele que não acontece, mas que é pago da mesma forma.

Isso é muito fácil de ser visto quando pensamos em um emprego de tempo integral. Dentro dessas 40 horas, quantas são ociosas? Não pela preguiça do trabalhador, mas pela não-existência do que se realmente fazer durante o tempo de trabalho. Como ele é pago, deve-se cumprir hora e esperar o momento de “bater o ponto”. Não se compra força de atuação no mundo. **É comprada a própria vida**.

Assim aponto para um outro problema que vai além da mais-valia: além do lucro explorado da mão-de-obra, medido e calculado pela diferença entre o valor real do produto e a sua fetichização somada com o lucro, temos uma espécie de resto não calculado. É na não-atividade dentro de um regime de trabalho que é possível perceber a olho nu a coisificação humana.

Encontramos, então, a falsa visão de que o trabalho liberta porque ele possibilita melhores formas de viver. Assim como nos campos de concentração, a vida que resta é o “bagaço do fruto” que a própria lógica rearranja nos discursos de amor à empresa. A dependência de cada um em relação à seu trabalho, por um lado, e com a estrutura da empresa, por outro, forma um elo difícil de ser quebrado o que levaria a um questionamento das formas com que temos lidado com as questões levantadas ao longo desse breve escrito.

Por fim, gostaria de fazer alusão à Lacan (1985) quando coloca que a vida humana era uma escolha entre a bolsa e vida. Escolher a bolsa implica em não estar vivo para poder usufruir dela; escolher a vida leva à ter que lidar com o fato de não ter mais a bolsa. Ambas são perdas em graus diferentes. Ainda que a resposta possa parecer óbvia, tenho

a impressão de que temos escolhido a bolsa e passamos a não perceber que estamos mortos-em-vida.

Se é o trabalho que está em jogo, a vida é a moeda de troca e qualquer valor a ela equiparada é apenas um último suspiro do corpo que parece.

Referências

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Revista Educação e Sociedade**. Vol.25. nº 87. p.335-351. maio/ago. 2004.

GUARESCHI, Pedrinho; GRISCI, Carmen Ligia Iochins **A Fala do Trabalhador**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

LACAN, J. **O Seminário – Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais na Psicanálise (1963-1964)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.